



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região

## **Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo**

01 [REDACTED].2024.5.01.0301

**Tramitação Preferencial**  
- Pagamento de Salário

**Processo Judicial Eletrônico**

**Data da Autuação:** 14/10/2024

**Valor da causa:** R\$ 40.540,78

**Partes:**

**RECLAMANTE:** JO [REDACTED]

**ADVOGADO:** ALEXANDRE [REDACTED] FERREIRA

**RECLAMADO:** PETRO ITA TRANSPORTES COLETIVOS DE PASSAGEIROS LTDA

**RECLAMADO:** MASTER TRANSPORTES COLETIVOS DE PASSAGEIROS LTDA

**RECLAMADO:** CASCATINHA TRANSPORTES COLETIVO DE PASSAGEIROS LTDA

## INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência da Decisão ID 51d81bc proferida nos autos.

### DECISÃO DE TUTELA PROVISÓRIA - JUÍZO 100% DIGITAL

Vistos.

A parte autora requer:

O deferimento da medida liminar vindicada para a liberação imediata do Seguro-Desemprego, com expedição de alvará judicial, garantindo a subsistência do Reclamante

Nos termos do artigo 300 do CPC, são requisitos para o deferimento da **tutela de urgência**: (1) a probabilidade do direito (equivalente ao *fumus boni iuris*) e (2) o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (equivalente ao *periculum in mora*). Ainda assim, só é possível a concessão da tutela de urgência de natureza antecipada se não houver perigo da irreversibilidade dos efeitos da decisão (§ 3º do artigo 300 do CPC).

A seu turno, conforme o artigo 311 do CPC, a **tutela de evidência** será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando: (1) ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte; (2) as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante; (3) se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa; (4) a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.

Dentre os requisitos para o recebimento do Seguro-Desemprego está a dispensa sem justa causa, conforme prevê o *caput* do artigo 3º da Lei nº 7.998/90.

No caso, há comprovação da baixa na CTPS do Autor e da concessão de aviso prévio indenizado (id 29957bd e id 2a39f49), o que denota a dispensa sem justa causa.

Portanto, **DEFIRO a tutela provisória requerida**, razão pela qual a presente decisão se constitui em **ORDEM JUDICIAL** perante as Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, Sistema Nacional de Emprego, agências credenciadas da Caixa Econômica Federal e outros postos credenciados pelo Ministério do Trabalho e Emprego para **habilitação do empregado no Seguro-Desemprego**, suprimindo, inclusive, a inexistência do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho ou Termo de Quitação de Rescisão do Contrato de Trabalho e as guias SD/CD.

Registra-se que o(a) empregado(a) foi admitido(a) em 28/12/2017 e dispensado(a) em 04/11/2024 (com a projeção do aviso prévio); é portador(a)

que o empregador foi PETRO ITA TRANSPORTES COLETIVOS DE PASSAGEIROS LTDA. (CNPJ: 31.134.851/0001-50).

No mais, determino:

1) **INTIME-SE** a parte Autora para ciência da presente decisão.

2) Inclua-se em **PAUTA INICIAL TELEPRESENCIAL**.

3) **INTIME-SE** a parte autora, bem como **CITE-SE** a parte Ré para comparecer à audiência, cientes de que:

**Informações para acessar a audiência virtual por meio da plataforma ZOOM:**

LINK (copie e cole):

ou

ID DA REUNIÃO

**A) A AUDIÊNCIA será apenas INICIAL, onde NÃO será produzida PROVA ORAL, e na modalidade TELEPRESENCIAL. Não dispondo o participante de recursos tecnológicos para acesso estável à sala virtual, deverá se apresentar na sala física de audiências desta 1ª VT/Petrópolis.**

**B) O não comparecimento da parte Autora importará no arquivamento da ação, e da parte Ré em revelia e a aplicação da pena de confissão.**

**C) As partes deverão comparecer munidas de documento de identificação, sendo a parte Autora de sua CTPS. Sendo a parte Ré pessoa jurídica deverá anexar carta de preposto e atos constitutivos da empresa.**

**D)** Recomenda-se que as partes estejam acompanhadas de advogados, devidamente cadastrados no sistema do PJe-JT do TRT da 1ª Região.

**E)** Solicita-se ao advogado da parte Ré que apresente sua defesa e documentos em até uma hora antes do início da audiência (Ato nº 16/2013, art. 2º, §2º, do TRT/RJ), cabendo à parte utilizar os próprios meios.

**F)** A prova documental deverá ser produzida previamente na forma dos artigos 787 e 845 da CLT e dos artigos 396, 400 e 434 do CPC.

**G)** Fica preservada a possibilidade de as partes requererem a **conciliação** a qualquer tempo, por meio de petição conjunta assinada pelas partes e pelos advogados (artigo 764 da CLT c/c artigo 190 do CPC).

DNGB

No mais, determino:

**1) INTIME-SE** a parte Autora para ciência da presente decisão.

**2)** Inclua-se em **PAUTA INICIAL TELEPRESENCIAL**.

**3) INTIME-SE** a parte autora, bem como **CITE-SE** a parte Ré para comparecer à audiência, cientes de que:

**Informações para acessar a audiência virtual por meio da plataforma ZOOM:**

**LINK** (copie e cole em seu navegador): [REDACTED]

ou

**ID DA REUNIÃO**: 9 [REDACTED]

**A)** A **AUDIÊNCIA** será apenas **INICIAL**, onde **NÃO** será produzida **PROVA ORAL**, e na modalidade **TELEPRESENCIAL**. Não dispondo o participante de recursos tecnológicos para acesso estável à sala virtual, **deverá** se apresentar na sala física de audiências desta 1ª VT/Petrópolis.

**B)** O não comparecimento da parte Autora importará no **arquivamento** da ação, e da parte Ré em **revelia** e a aplicação da pena de **confissão**.

**C)** As partes deverão comparecer munidas de documento de identificação, sendo a parte Autora de sua CTPS. Sendo a parte Ré pessoa jurídica deverá anexar carta de preposto e atos constitutivos da empresa.

